



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

DECISÃO Nº 215/2012 – TRIBUNAL PLENO

**1-Processo TCE nº 4555/2011.**

**2- Assunto:** Representação nº 61/2011-MP-RCKS.

**3-Representado:** Sra. Marly da Silva Mota, Secretária Municipal de Administração e Finanças do Município de Juruá.

**4-Representante:** Ministério Público de Contas, através do Procurador de Contas Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva.

**5-Objeto:** Possíveis irregularidades na contratação do escritório de Advocacia Vieira da Rocha, Benevides & Frota Advogados, mediante inexistência de licitação.

**6-Unidade Técnica:** DCAMI – Laudo Técnico nº 104/2012 (fls. 113/115).

**7- Pronunciamento do Ministério Público Especial:** Parecer nº 2432/2012-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 117/122).

**8- Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Representação.

Conhecimento. Improcedência. Determinações à SEPLENO.

**9- DECISÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, DECIDEM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, no exercício da competência atribuída pelo os arts. 9º, I e 11, IV, "I", c/c o caput do art. 288, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, por maioria, nos termos do voto destaque proferido pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Raimundo José Michiles, que discordou do voto do Conselheiro-Relator e do pronunciamento do Ministério Público de Contas, no sentido de:

**9.1- TOMAR CONHECIMENTO** da presente Representação, interposta pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, na pessoa de seu culto Procurador Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, por preencher os requisitos previstos no § 3º do artigo 288 do Regimento Interno;

**9.2- NO MÉRITO, julgá-la improcedente**, por contrariar a melhor interpretação doutrinária acerca do tema, inclusive as citadas no voto-destaque, oriundas da Suprema Corte Brasileira e da melhor doutrina e jurisprudência pátrias;

**9.3- DETERMINAR** à Secretaria do Tribunal Pleno que:

a) dê cumprimento ao artigo 161 da Resolução 4/2002 (RITCE);

b) providencie a juntada desta Decisão ao Processo n. 10052/2012, que cuida da Prestação de Contas do Exercício de 2011, do Município de Juruá;

c) após, remeta os autos à DICREX para registro e posterior encaminhamento à DIARQ para arquivamento (caput do art. 162 do Regimento Interno).

EAA/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 01/2003-TCE/AM